

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE PROFISSIONAL E CURRICULAR

Renan Belém da Silva¹; Osias Raimundo da Silva Junior²; Carlos Augusto Batista de Sena³.

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, renanbs14@gmail.com

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, juniorsilvapi@hotmail.com

³ Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, carlos_augusto_sena@hotmail.com

Resumo: O desenvolvimento da sociedade contemporânea é um reflexo do processo de globalização, e isto se estende a vários âmbitos da esfera humana, inclusive na educação. A cada dia que passa mais pesquisas sobre educação inclusiva estão surgindo. Contudo ainda há lacunas a serem preenchidas, como a falta de suporte dado para licenciandos nos cursos de graduação e o auxílio de recursos pedagógicos que possam suprir a demanda de alunos com necessidades especiais, fazendo-se um repensar na elaboração de estratégias que implementem a comunicação entre professores e alunos. Com isto, a presente pesquisa objetivou expressar as principais dificuldades enfrentadas por professores, identificando a falta de respaldo teórico referente à educação inclusiva por parte das universidades, sobretudo nos cursos de licenciaturas. Desse modo, foi aplicada pesquisa bibliográfica exploratória seguida de entrevista semiestruturada, onde se buscou realizar uma análise dos currículos dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas de duas universidades federais de Pernambuco, onde se enfatizou mais especificamente uma abordagem no ensino para surdos. As pesquisas bibliográficas foram fundamentadas em artigos e revistas disponíveis no Google Acadêmico e no Portal de Periódicos CAPES/MEC relacionadas à educação especial. Com as respostas da entrevista, os professores deixaram clara a real carência em uma educação de qualidade na graduação voltada para o ensino especial e o quanto isto reflete negativamente na atuação em sala quando se deparam com o desafio de ensinar para este público. Quando o aluno é surdo o desafio se torna maior com a falta de intérprete em sala. Desse modo é possível afirmar que a educação ainda enfrenta muitos obstáculos para suprir a demanda que vem crescendo a cada ano que passa, essencialmente na educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Graduação, Surdos.

Introdução.

Com o fenômeno da globalização na sociedade contemporânea, ao longo das últimas décadas, evidencia-se uma transformação em vários âmbitos do desenvolvimento humano e isto reflete também no contexto educacional já que existe uma demanda muito grande relacionada à educação inclusiva, sendo necessário novas pesquisas à cerca desta temática, pois discussões e reflexões sobre tal assunto estão sendo cada vez mais constantes e isso é observado em vários eventos relacionados, assim como também no meio acadêmico.

Por tanto, se faz necessário um repensar nas práticas pedagógicas na graduação voltadas para a educação inclusiva, mais essencialmente nos cursos de licenciatura, dando-lhes uma base mais sólida de conhecimentos apropriados para lecionarem com alunos que necessitem de algum acompanhamento especial. Porque como afirma Kishimoto (1996 apud CAMPOS, 2003, p. 47) “o

professor deve rever a utilização de propostas pedagógicas passando a adotar em sua prática aquelas que atuem nos componentes internos da aprendizagem, já que estes não podem ser ignorados quando o objetivo é a apropriação de conhecimentos por parte do aluno”. E isso tem que ocorrer existindo ou não docentes com deficiência em sala.

Dessa forma, foram coletados dados referentes à graduação de licenciados que atuam em escolas públicas e privadas, buscando-se apresentar os possíveis déficits na educação, especificamente a educação de alunos surdos, onde as perguntas pretenderam verificar se há o suporte recebido na graduação necessário para atuação em sala, além de verificar se os professores utilizam metodologias capazes de alcançar esses alunos com necessidades especiais, como por exemplo a apropriação da figura do intérprete como facilitador do traslado de informações.

A pesquisa atentou também aos perfis curriculares da licenciatura do campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco, objetivando-se analisar se há disciplinas específicas para o ensino especial, e se o período que tal disciplina está sendo ofertada é adequado para um graduando em licenciatura.

Diante do sobreposto sabe-se que é necessária uma reflexão sobre as normas da legislação para com a educação especial, como expressa o Ministério da Educação que assegura aos alunos com necessidades especiais recursos necessários para que estes possam se desenvolver a partir de uma assistência individualizada; assim como também descreve a formação necessária do professor capaz de lidar com tais estudantes de forma especializada (BRASIL, 1996).

Com isso, é fundamental que desde a graduação sejam exercitadas habilidades que facilitem a abordagem e comunicação com os alunos que possuem deficiência auditiva. Neste sentido a revisão do calendário acadêmico se faz necessário, pois segundo Carvalho (2002), tornar a educação algo universal e igualitária, é um meio de expressar as necessidades mais básicas de conhecimento aos alunos com deficiências especiais, como forma de garantir a igualdade de acesso à educação para todo este público, integrando-o ao sistema educativo.

Considerando-se a relevância da temática para que se tenha uma educação de caráter inclusivo e igualitário, é importante que se explicita a necessidade de um ensino que busque desenvolver um olhar crítico nos alunos de graduação acerca da educação inclusiva. Além disso a pesquisa nas escolas tenta mostrar, através de entrevista semiestruturada com os professores, as dificuldades enfrentadas por eles quando se deparam com alunos com deficiência auditiva, assim

como também a dificuldade enfrentada pelos alunos, diante da falta de intérpretes em classe ou qualquer outro artifício que venha proporcionar suporte às metodologias de caráter inclusivo.

Metodologia

Além de pesquisas bibliográficas em artigos e revistas disponíveis no Google Acadêmico e no portal de periódicos CAPES/MEC relacionados à temática em questão, o presente trabalho foi elaborado a partir de entrevista semiestruturada, direcionada a dezessete licenciados, incluindo três escolas, sendo uma do ensino privado e duas do ensino público; visando uma diagnose dos possíveis déficits que tiveram na graduação, o que implicaria numa maior dificuldade em alcançar os alunos surdos em sala. Este tipo de pesquisa se torna apropriado no momento em que se pode modificar as perguntas pré-estabelecidas, dependendo do decorrer da entrevista. Fazendo-se necessário uma análise do suporte dado em relação à educação inclusiva por estes docentes.

A referente entrevista serviu para direcionar os professores que já lecionam no sentido de refletir nos recursos adequados para uma atuação de caráter inclusivo. Sendo assim, percebeu-se a importância de se acrescentar uma análise dos perfis curriculares do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco e Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Resultados e Discussão

Segundo a entrevista aplicada a dezessete professores, sendo que onze ministram aulas regularmente em escola pública, enquanto que seis em escolas privadas, apenas três afirmaram ter recebido suporte eficaz para lidar com alunos surdos e apenas um desses três teve em sala um aluno surdo. Os outros catorze entrevistados afirmaram não haver recebido apoio adequado na graduação para lecionar para surdos, afirmando que as aulas nas universidades relacionadas à educação inclusiva não se consolidaram enquanto uma disciplina, ficando tal abordagem restrita a debates dentro dos conteúdos da área da educação. E tais abordagens se limitavam ao ensino de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), sem a devida atenção aos outros segmentos que caracterizam alunos com necessidades especiais, tais como deficiência visual, motora e cognitiva.

Ao que parece, tudo que se deve saber, no meio educacional para formação superior, sobre inclusão, resume-se apenas ao aprendizado de LIBRAS. Tal cenário apresenta a defasagem dos cursos de licenciatura, no sentido de preparar os graduandos para uma atuação inclusiva; sentindo-se o professor obrigado a buscar uma educação continuada para suprir tal carência de respaldo teórico suficiente para contemplar os alunos com limitações no aprendizado. Deve-se ter em mente

que as condições que levam os indivíduos a serem ditos alunos especiais são as mais variadas; sendo, portanto, um ponto a se pensar com clareza quando na formação de docentes que vão lidar com este público.

Vale ressaltar que nove destes catorze licenciados, mesmo sem domínio de como atuar em sala com alunos surdos, já passaram pela experiência. Isto demonstra a urgência em se ter uma formação pensada na inclusão, o que iria proporcionar uma melhor atuação do profissional, pois sabe-se que a escola tem a obrigação de se ajustar aos alunos, independentemente das suas necessidades, no sentido de assistir às diversidades destes (SILVA; RIBEIRO, 2017).

No geral, dez entre os dezessete licenciados já passaram ou estão passando pela experiência de dar aulas para deficientes auditivos/surdos. Destes dez professores seis afirmam não se sentir à vontade lecionando para surdos, os outros quatro se sentem à vontade, desde que haja intérprete integral nas aulas; oito desses dez professores tiveram em sala um intérprete para auxiliar os alunos durante a aula, enquanto um afirma que o intérprete atuou apenas por um trimestre e outro disse nunca ter tido em sala um intérprete para auxiliar.

A última pergunta da entrevista foi se o docente acredita que o processo de ensino aprendizagem se realizou de forma plena em suas vivências. Quatro deles afirmaram que o ensino foi comprometido e assim não foi possível haver aprendizagem; outros quatro acreditam ter conseguido fazer o aluno absorver algo do assunto, e que eles (professores) tiveram que mudar o jeito de agir em sala, o que foi desafiador. Apenas dois desses dez professores afirmaram que o processo de ensino aprendizagem foi realmente alcançado.

Este desafio se torna um tanto pertinente, se constituindo numa intencionalidade da educação em constante transformação, onde o professor é obrigado a adequar-se a todas as peculiaridades de seus alunos, conhecendo-os e fazendo com que haja aproximação professor-aluno, tendo-se na figura do professor o mediador capaz de oferecer as ferramentas e os métodos suficientes para que o aprendizado ocorra.

O papel do professor se torna cada vez mais preenchido de responsabilidades diversas, principalmente quando este lida com alunos ditos especiais. Cabe ao professor conduzir o desenvolvimento de estratégias didáticas que insiram tais alunos na formação do conhecimento.

Espera-se, desse modo, que as universidades possam aprimorar o processo de ensino-aprendizagem através da experimentação, por parte de seus professores em formação, favorecendo o contato destes com a realidade das escolas, com as diferentes situações que envolvam crianças e adolescentes com necessidades especiais, inclusive as que se encontram com dificuldades de

aprender não apenas por motivos de diagnóstico médico, mas também as que vivem em condições sociais adversas.

Vê-se, desse modo, que para se atingir a excelência como professor não basta apenas dar aula, pois o mesmo deve entender o contexto no qual seus alunos estão inseridos e buscar maneiras de atuar em sala provocando-os para que eles interajam e assim permaneçam ativos durante toda a aula, fazendo parte das transformações típicas de um processo de globalização onde se tem uma adequação dos padrões sociais, culturais e sobretudo educacionais.

E sabe-se, desse modo que tais transformações sociais ocorridas exigiram uma mudança no ensino regular que pudesse gerar subsídios para suprir a demanda existente; onde percebe-se que o foco da problemática deixa de ser o aluno e passa a ser o ensino e a escola, as formas de ensinar, as condições de aprendizagem. Tendo-se na escola a obrigação de se ajustar aos alunos, independentemente das suas necessidades, no sentido de assistir às diversidades destes (SILVA; RIBEIRO, 2017).

Dessa forma, pode-se afirmar que desde o processo de formação até a atuação em sala há lacunas que comprometem a aprendizagem dos alunos/professores em relação à educação inclusiva. Ao se analisar os perfis curriculares dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), nota-se que a única matéria voltada para a educação especial limita-se apenas ao ensino de libras e tais disciplinas estão sugeridas para os últimos períodos da graduação, porém muitos dos licenciandos atuam em escolas aplicando os conhecimentos que adquiriram em outras disciplinas do currículo que não lidam especificamente com educação inclusiva, podendo assim encontrar em sala alunos com surdez e não saber lidar diante da eventual situação.

Além da falta de aptidão dos professores em lecionar para alunos surdos, existem as falhas dos currículos das instituições de ensino superior neste sentido, assumindo a responsabilidade no que se refere à orientações necessárias para uma abordagem inclusiva. Dessa forma, vê-se que “diante desse quadro, torna-se importante que os professores sejam instrumentalizados a fim de atender às peculiaridades apresentadas pelos alunos. Aqui, tendo-se em vista a capacitação docente, a participação das universidades e dos centros formadores parece ser relevante” (SANT'ANA, 2005, p. 228).

Conclusão

Diante do que se observou, a maioria dos professores entrevistados tiveram alunos surdos, mesmo que estes não tenham recebido um suporte adequado para intervenção em uma classe com

tais alunos. Evidenciando-se, dessa forma, a necessidade de ofertas de mais disciplinas relacionadas à educação inclusiva nos cursos de graduação, sendo esta iniciativa necessária para que ainda nos cursos superiores os alunos possam encontrar respaldo teórico suficiente para intervenções em salas com alunos ditos especiais.

Desse modo, como foi visto ao comparar os perfis curriculares da universidade federal de Pernambuco e da Universidade Federal Rural de Pernambuco, o suporte dado aos graduandos é mínimo, se restringe apenas a uma disciplina voltada para o ensino especial, mais especificamente o ensino para alunos surdos, que é recomendada apenas ao final da graduação. Este fato se torna um tanto preocupante, já que mesmo durante a graduação o licenciando se depara com disciplinas que o faz atuar em escolas, podendo assim ser surpreendido com casos de necessidades especiais em qualquer momento da sua graduação.

Segundo a entrevista, apenas uma pequena parcela dos professores entrevistados afirmaram ter recebido na graduação um suporte adequado para atuar com o público surdo. Com isto, torna-se fundamental que as universidades disponibilizem disciplinas não apenas com uma matéria que ensine Libras, mas também desenvolvendo formas de atuar quando diante de um aluno com as mais diversas dificuldades, inclusive deficiência auditiva, para que assim possa ser diminuída a dificuldade na comunicação entre professor e aluno. Com tais aprimoramentos, nos perfis curriculares, poderá ser notório mudanças na atuação de professores diante da problemática, além de favorecer a compreensão do processo de inclusão para estes alunos.

Outra forma de facilitar a passagem do conhecimento do professor para o aluno está na figura do intérprete, de acordo com os professores entrevistados. A maioria dos professores que tiveram alunos surdos em sala tinham o suporte de intérpretes em suas aulas, porém ainda há escolas que possuem esta carência. Os professores evidenciaram a importância do intérprete em sala para o processo de ensino aprendizagem, pois com este suporte em sala, estes afirmam ficar mais à vontade para lecionar.

O intérprete, na verdade, deveria ser um profissional que pudesse atuar em situações especiais, ficando o âmbito escolar sob a responsabilidade das qualificações do professor que fosse capaz de desenvolver metodologias inovadoras que englobassem a participação de todos, independentemente das suas condições e limitações de aprendizagem.

O que se observou nesta pesquisa deixa evidente o quanto as universidades ainda caminham

a passos lentos em relação à preparação de professores com capacidade suficiente para lecionar sob uma perspectiva inclusiva, tendo-se em consideração o currículo que apresenta escassez de disciplinas voltadas para tal finalidade. O que parece é que os cursos de formação de professores priorizam apenas a educação para surdos, esquecendo-se de outras causas de exclusão, como se pode ver na aplicação do curso de LIBRAS, como uma forma de restringir a demanda existente, e ainda assim, os conteúdos sobre educação para surdos são bastante limitados.

A estrutura curricular nas universidades não proporcionam uma melhor formação para atuação em educação inclusiva, e pode-se perceber que esta é uma questão um tanto conflitante, pois o que se constata no cenário educacional é uma demanda bastante crescente do público com necessidades especiais, sendo necessário uma adequação dos currículos de graduação. Durante a formação se faz apropriado o contato com a realidade social, onde se pode experimentar o fazer pedagógico em suas variadas abordagens inclusivas.

Em se tratando de alunos com necessidades especiais, a atenção neste aspecto deve ser bastante pertinente, indo além do que se possa imaginar, uma vez que várias são as peculiaridades de cada aluno especial, entendendo-se que todos são diferentes em vários sentidos. Desse modo, o que se pretendeu abordar aqui neste ensaio foi à compreensão dos profissionais da educação na necessidade de se aperfeiçoarem para o favorecimento desse público em franca expansão; de modo que os professores em formação possam ser preparados com respaldo teórico suficiente para exercerem suas funções de educador e professor mediador do processo de ensino-aprendizagem, sem deixar de lado o caráter inclusivo de suas abordagens pedagógicas.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de Dezembro, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

CAMPOS, L. M. L. A produção de jogos didáticos para o ensino de ciências e biologia: uma proposta para favorecer a aprendizagem, p. 47, 2003. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34273447/aproducaodejogos.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1507218036&Signature=N%2BzJ4eKv3cUmWvI03rc15%2BMVlxI%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DA_PRODUCAO_DE_JOGOS_DIDATICOS_PARA_O_ENS.pdf

CARVALHO, R. E. Uma Promessa de Futuro: Aprendizagem para Todos e por Toda a Vida. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SANT'ANA, I. M. Educação Inclusiva: Concepções De Professores e Diretores. v. 10, n. 2, p. 227-234. mai./ago. 2005. Maringá PR. disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09.pdf> .

SILVA, R.M; RIBEIRO, L.L. Permanência do Modelo Médico nos Discursos dos Professores da Educação Especial. Rev. Educação, Artes e Inclusão. Vol.13, nº1, jan/abr. 2017, p. 141-166. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/9378-31534-1-PB.pdf>